



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PORTARIA P N. 038/2016

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2015, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em Florianópolis, 27 de janeiro de 2016.

Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz
Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	129.085.396,54	425.661,24
Pessoal Ativo	102.989.821,31	375.661,24
Pessoal Inativo e Pensionistas	26.095.575,23	50.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.875.609,70	100.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	20.609,70	100.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	23.855.000,00	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	105.209.786,84	325.661,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	674.522.742.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a+III b)	105.535.448,08	0,015646
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	234.929.525,81	0,034829
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	223.186.084,87	0,033088
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	211.435.898,71	0,031346

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE, 25/01/2016 às 14 horas e 1 minuto.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
 2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 20, de 18/1/2016.

José Luiz Sobierajski Júnior
 Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade Substituto

Eduardo Cardoso
 Secretário de Administração e Orçamento

Denise Goulart Schlickmann
 Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
 Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins
 Diretor-Geral

De acordo.
 Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz
 Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RDF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso II, alíneas "a" e "b")

R\$ 100

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (F)=(a-d+c+d+e)	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-
0159 - Contribuição Patronal ao Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.437.966,23	70.216,03	1.526.367,99	1.197.665,53	4.748,13	3.679.947,55	3.651.745,19	-
0100 - Recursos Ordinários	6.387.053,40	70.216,03	1.526.367,99	1.197.665,53	1.699,13	2.871.384,31	2.831.783,56	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	400.000,00	-	-	-	-	400.000,00	400.000,00	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	72.401,50	-	-	-	-	72.401,50	42.300,00	-
0158 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	378.661,24	-	-	-	-	378.661,24	378.661,24	-
0190 - Recursos Diversos	2.850,00	-	-	-	2.850,00	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
0327 - Custas e Emolumentos - P.J. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	6.437.966,23	70.216,03	1.526.367,99	1.197.665,53	4.748,13	3.679.947,55	3.651.745,19	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI, CPCS/SOFTSIS, 23/01/2016 às 14 horas e 11 minutos.

*A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

1. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores do limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 5.600.417,07.

José Luiz Sobierajski Júnior
 Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade Substituto

Eduardo Cardoso
 Secretário de Administração e Orçamento

Denise Goulart Schlickmann
 Coordenadora de Controle Interno

De acordo,
 Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins
 Diretor-Geral

De acordo.
 Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000/000, publique-se.

Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz
 Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRUBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	674.522.742.000,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	105.535.448,08	0,015646
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	234.929.525,81	0,034829
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	223.186.084,87	0,033088

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	3.651.745,18	3.679.947,55

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE, 25/01/2016 às 14 horas e 1 minuto.

José Luiz Sobierajski Júnior
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade Substituto

Eduardo Cardoso
Secretário de Administração e Orçamento

Denise Goulart Schlickmann
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Manoel Martins
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz
Presidente